

A atual Constituição permite que o Congresso delegue poderes ao presidente da República para que ele legisle durante a da Assembléia Nacional Constituinte."

Essa afirmativa foi feita pelo ministro da Justiça, Paulo Brossard, que ressaltou a necessidade de a Constituinte decidir se funcionará exclusivamente para elaborar a nova Carta Magna do País ou se criará comissões parlamentares para apreciar projetos de lei.

Brossard disse que "esse é um momento para se refletir sobre os nossos erros e, a partir da experiência, decidir o que deve ser mantido ou descartado definitivamente". A declaração de direitos e garantia individuais, segundo o ministro, seria um tópico a ser preservado. Indagado sobre o que deveria ser modificado, o ministro da Justiça respondeu: "O sistema de governo".

Diretas em 88

Já os deputados e senadores eleitos por Brasília defenderam ontem eleições diretas para governador e vice-governador do Dis-

BROSSARD

Para ele, o presidente pode exercer a função de legislador.

trito Federal, em 1988. Depois de mais de duas horas de reunião, a bancada de Brasília, que congrega parlamentares do PMDB, PFL, PDT e PCB, foi unânime em um ponto: todos querem a autonomia política do Distrito Federal.

Além da eleição direta, os parlamentares eleitos pela primeira vez por Brasília, querem a criação, via eleição direta, de um organismo legislativo (tipo Assembléia Legislativa) que legisle para o Distrito Federal. Outro aspecto destacado na reunião: desvincular o Poder Judiciário da União, passando sua competência para o DF.

Sobre a comissão do DF, no Senado, eles reconhecem a inconstitucionalidade na criação de uma comissão mista, com a participação dos deputados. Mas querem que os três senadores, Maurício Corrêa (PDT), Meira Filho e Pompeu de Sousa (PMDB) integrem a comissão.

No final da reunião, os parlamentares encarregaram o senador Pompeu de Sousa de marcar reunião com o presidente José Sarney para que a bancada possa expor seus pontos de vista em relação ao DF e à Constituinte.